

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Abril/Maio/Junho 97 • Nº 29

NA FIL, EM 21 DE JUNHO

ENCONTRO NACIONAL DE SARGENTOS

Págs. CENTRAIS

EDITORIAL

Discutir e mobilizar

No próximo dia 21 de Junho vamos estar presentes no Encontro Nacional de Sargentos.

Vamos estar responsabilmente presentes, como temos feito ao longo dos anos. Porque há problemas cuja resolução é sistematicamente adiada; porque queremos dignidade e dignificação; porque novos problemas se colocam à classe e temos de refletir sobre eles; porque detractores dos nossos objectivos e aspirações, mentem e caluniam.

Vamos estar presentes e mostrar que os sargentos, a classe, está unida e coesa. Está atenta e mobilizada e não se deixa encantar por falinhas mansas, nem se deixa perturbar por mentires.

Que em cada região, local, etc., se organize a vinda ao Encontro.

Com responsabilidade, como tem sido apanágio da classe, vamos mostrar a força da nossa razão.

Todos ao Encontro Nacional!



NSR

Solução aproxima-se!

Pág. 2

**Em defesa do
associativismo
militar**

Pág. 3

NSR – o túnel começa a ficar iluminado!

Situação intercalar aproxima-se

O ministro da Defesa Nacional apresentou ao Conselho de Chefes de Estado Maior, no dia 9 de Maio, o resultado dos estudos que têm vindo a ser elaborados pelo seu Ministério, tendentes à resolução dos problemas criados no Exército e Força Aérea com a aplicação do DL 80/95.

Segundo informação colhida junto do MDN, o resultado desta reunião com as chefias militares será posteriormente presente a Conselho de Ministros para a consequente decisão política.

Na sequência da instabilidade gera-



da, na classe, motivada pela im-

versos órgãos de comunicação social, da, na classe, motivada pela im-

com a Associação Nacional de Sargentos, encontro que é exemplificativo da vontade de diálogo e de encontrar soluções". E acrescentou: "O problema já tinha sido abordado com hierarquia militar, mas esta reunião serviu para ouvir as propostas da ANS e trocarmos opiniões. Agora os estudos estão em fase terminal e vai seguir-se a legislação adequada".

A ANS reafirma, entretanto, que qualquer solução que não passe pelo diálogo correrá o risco, como em situações anteriores, de não contribuir para a melhor solução e consequentemente para a pacificação no seio da instituição militar.

Nesse sentido, a ANS solicitou audiências com o MDN, Comissão Parlamentar de Defesa e Presidente da República, com as quais pensa, e tudo fará nesse sentido, contribuir para o êxito da solução e como corolário da via de diálogo encetada em Janeiro de 1996.

A ANS, contudo, adverte para os perigos de radicalização, que nesta fase poderão comprometer ou prejudicar o caminho já percorrido.

Confiança, serenidade e inteligência são os meios que evitarão o afogamento quando estamos tão perto da praia.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA ANS

Apelo

Camarada, apesar de a luta pelo reconhecimento da nossa Associação já estar numa fase avançada, não deves delegar nos seus dirigentes essa tarefa que também é tua, como também não será suficientemente forte para conseguir aqueles objectivos se não nos a-

Esta participação pode ser dada por variadíssimas formas, das quais podemos destacar:

- divulgando as nossas iniciativas;
- facilitando contactos de forma que a ANS chegue até ao local onde estás;
- escrevendo artigos para o nosso jornal;
- angariando novos sócios.

Sem querermos ser exaustivos, pois tu também terás as tuas ideias e iniciativas, não podemos esquecer a componente financeira para a qual podes contribuir actualizando o pagamento das quotas em atraso, pois continuamos com dificuldades na cobrança daquelas, facilitando o seu pagamento através de conta bancária.

Para todas as tuas interrogações e dúvidas a nossa disponibilidade é permanente. Teremos todo o prazer em que nos contactes, contribuindo com esses teu gesto para o engrandecimento da NOSSA ANS.

NÃO HESITES. CONTACTA-NOS!

O nosso número de fax é:

— 815 49 58,

e o número do telefone:

— 815 49 66.

Comissão Permanente do Ramo da FA

Desfazendo... boatos

Face a uma crescente onda de notícias contraditórias que ultimamente têm circulado na imprensa escrita e falada e, também, ao elevado número de boatos que circulam pelas unidades, recebemos da Comissão do Ramo da Força Aérea (CPR/FA) um comunicado, que a seguir divulgamos.

1. Conselhos de Especialidade

Sendo os CE's órgãos de consulta do CEMFA que actualmente têm como finalidade a elaboração das listas anuais de promoção para SAJU, SCHEF e SM OR, não podendo emitir opinião sobre os problemas que nos afectam, entendemos ser necessário a alteração da legislação que regula o seu funcionamento por forma a alterar o seu âmbito

à imagem do que ocorre com a Comissão Consultiva Permanente dos Sargentos da Armada, dotando-os dos mecanismos necessários a que se tornem efectivamente como órgãos de consulta do CEMFA.

2. Sistema retributivo

[Em relação ao Novo Sistema Retributivo (NSR), as últimas informações disponíveis estão descritas no artigo que encima esta página do nosso jornal.]

3. Normas de colocação

A proposta de alteração das normas de colocação do pessoal da Força Aérea, consegue ser ainda mais discriminatória que o anterior despacho do CEMFA sobre colocações.

Entendemos que qualquer norma que regule nomeações e colocações deve ser sempre o mais clara possível, de forma a que qualquer militar saiba sempre com o que contar e que quaisquer desvios a esta regra sejam mínimos.

4. Contra informação

Em relação à contra-informação que circula pelas unidades, veiculada em certos meios de comunicação de imprensa falada e escrita, voltamos a reiterar que em caso de dúvida se contactem os delegados da ANS na unidade ou os elementos dos corpos sociais na sede da ANS, que se encarregarão de prestar os esclarecimentos correctos.

Novas chefias nas FA's

Novo CEME

O general Espírito Santo é o novo Chefe do Estado Maior do Exército, substituindo o general Cerqueira Rocha, que atingiu o limite de idade para a reforma.

Na hora de despedida, o GEN Cerqueira Rocha afirmou à imprensa que teve "boas condições" institucionais e pessoais para reorganizar o Exército.

Durante o período em que exerceu funções foram ex-

tintos 19 Regimentos, uma Região Militar, quatro departamentos do Estado Maior, nove direcções das Armas e Serviços, dois centros de selecção, oito distritos de recrutamento, duas casas de reclusão, cinco Depósitos Gerais, doze supermercados, 23 sucursais e delegações da Manutenção Militar, dois hospitais, um anexo hospitalar, cinco farmácias e 36 órgãos diversos.

Na opinião do general, "os

últimos anos foram marcados por uma dinâmica de inovação das estruturas e procedimentos. E continuará a sê-lo. Disso estou absolutamente certo. Aliás, poucas estruturas haverá com tanta abertura à mudança como o Exército. O que nem sempre é bem compreendido".

Novo CEMA

O vice-almirante Vieira Matias é o novo Chefe do

Estado Maior da Armada, após a demissão do almirante Ribeiro Pacheco.

Vieira Matias era o Comandante-Chefe do Cincinberlant (Oeiras), lugar para o qual foi empossado o vice-almirante Reis Rodrigues.

O Conselho Superior de Defesa Nacional, entretanto, confirmou a nomeação do vice-almirante Barata Botelho para o cargo de Vice-Chefe do Estado Maior da Armada.

O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos
Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 911-119, ESQ. 1900, Lisboa
Tel: 815 49 66 Fax: 815 49 58
Produção, Apoio redactorial, Grafismo e Paginação: António Amaral
Tel/Fax: 273 19 91
Fotolito e Impressão: Haska Portuguesa
Periodicidade: Trimestral
Tiragem: 3.500 ex.
Depósito Legal: 48582/91
Registo na DGCS: 115109

Em defesa do associativismo militar

O associativismo militar é uma questão de grande actualidade, que ganha força e consistência à medida que certos fantasmas vão desaparecendo e a sua inevitabilidade é crescente, face à elevada consciência e reconhecimento dos direitos civis dos militares. A ANS veio a terreiro, mais uma vez, em defesa do associativismo militar, tomando a posição que a seguir divulgamos.

Nos últimos meses tem-se verificado um clima de tensão entre as chefias militares e o ministro da tutela, cujos episódios mais mediatizados se centraram no período de nomeação das chefias militares.

Este clima de tensão tem vindo a ser exacerbado a níveis nunca vistos, por alguma comunicação social, principalmente escrita, visando objectivos pouco claros, ou melhor, com o objectivo escondido de criar dificuldades ao Ministro da Defesa Nacional, empolando as tensões para que outros pudessem fazer a exploração política, utilizando as FFAA como arma de arremetimento na sua luta política/partidária.

Estes factos ocorrem num período de grande dinamização e legitimação do associativismo militar, daí a razão deste direito fundamental ter, por parte dos mesmos protagonistas seus acérrimos adversários, sido alvo de violentos ataques, misturando tudo no mesmo saco, levantando bem alto o espantalho de a autoridade do Estado estar a ser comprometida, procurando fazer crer que o associativismo é o responsável pela instabilidade e não o



aproveitamento irresponsável das dificuldades existentes. Como se esta irresponsabilidade não seja, no mínimo, demonstrativa de uma enorme falta de sentido de Estado.

Em todo este processo tem a ANS mantido uma postura de indismutável responsabilidade, procurando não alimentar querelas institucionais que não servem nem as FFAA nem o país. Contudo, quando maliciosamente nos envolvem nessas mesmas querelas, não podemos deixar de reafirmar a nossa determinação e empenho na preservação da via associativa en-

cetada há oito anos atrás.

Durante estes oito anos, a nossa actividade nem sempre foi fácil. Sofremos punições disciplinares, destacamentos arbitrários, perseguições, mas sempre respondemos de forma serena e disciplinada, contribuindo decisivamente para a estabilidade, coesão e credibilidade que as FFAA portuguesas gozam no cenário internacional. Só por má fé, procurando defender interesses ilegítimos se pode desmentir ou desvirtuar estas evidências.

Hoje, na Europa a regra é a do desenvolvimento do associativismo militar e não nos

venham dizer que isso é sinónimo de instabilidade, inoperacionalidade e indisciplina. Antes pelo contrário, ponha-se os olhos nas FFAA alemãs e holandesas. Ou antes, aponte-se um exemplo, um só exemplo, de um país que consagrou o associativismo militar que tenha problemas de instabilidade e indisciplina nas suas FFAA.

O exercício dos direitos de cidadania não é gerador de instabilidade. Gerador de instabilidade é a sua negação.

Sabemos o que somos, sabemos o que queremos, por isso não permitiremos que nos utilizem.

Vamos em frente

O direito ao associativismo tem sido sujeito nos últimos meses a ataques diversos.

Não está em causa o direito de quem quer que seja ter opinião contrária. Mas é condição que essa opinião assente numa base intelectualmente séria e que quem a exprima tenha abertura suficiente para olhar à volta.

Ora, uma parte importante do que tem vindo a público ignora propositadamente a realidade existente e argumenta com falsos objectivos e falsas consequências.

A intensão é clara: confundir, criar falsos receios na sociedade e, assim, dificultar a concretização do objectivo de revisão do Artº 31º da LDNFA, revisão essa de modo a que o associativismo sócio-profissional seja consagrado.

Quem assimage, sabe que na Europa a realidade associativa existe, sabe que em Portugal a operacionalidade, coesão, etc. das FA's não foi afectada pelo associativismo. Sabe mas fá-lo, porque pretendem militares acéfalos.

mos mão à obra, que não ia ser fácil e por isso nem estranhámos, nem desanimámos. Pelo contrário, continuámos com o mesmo empenho, entusiasmo e confiança.

O Encontro Nacional de 21 de Junho será mais uma resposta a esses detractores da classe.

Vamos estar presentes e mostrar que, como diz a célebre frase, "os cães ladram e caravana passa".

Alteração ao Artº 31º da LDNFA

O grupo parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia da República, no passado dia 9 de Abril, um projecto de lei que "Altera o regime de exercício de direitos pelos militares (alteração do artigo 31º da Lei de Defesa Nacional)".

Na nota explicativa, o grupo parlamentar proponente afirma, a dado passo: "...A Lei de Defesa Nacional foi aprovada em 1982, logo a seguir à primeira revisão constitucional, num contexto político marcado no plano das Forças Armadas pela extinção do Conselho da Revolução. O regime de restrições de direitos dos militares foi, portanto, influenciado por uma conjuntura muito complexa e particularmente adversa a um reconhecimento aberto dos direitos fundamentais dos membros das Forças Armadas (...). Este regime legal aparece hoje, quinze anos decorridos, como obsoleto, excessivo e desajustado, face à evolução histórica entretanto verificada não só no plano internacional e nacional, como no plano específico das Forças Armadas Portuguesas.

"Sucedeu ao Artº 31º o que sempre sucede às leis excessivas, foram sendo feitas interpretações 'tolerantes' para tentar enquadrar uma dinâmica que na

sua prática não se conforma com as regras da lei.

"Mas, o exercício de direitos fundamentais não pode estar dependente de conjunturas, nem da maior ou menor 'tolerância' de responsáveis políticos. O regime jurídico deve corresponder à evolução entretanto verificada, e deve fixar as 'regras do jogo' de forma clara, objectiva e segura."

A mesma nota lembra que em 1984 o Parlamento Europeu aprovou o relatório PETER, que "convida os Estados membros a concederem, em tempo de paz, aos membros das Forças Armadas o direito de criarem, para defesa dos seus interesses sociais, associações profissionais". E que, em 1988, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou o relatório APENES, que "convida todos os Estados membros do Conselho da Europa a concederem, em circunstâncias normais, aos membros profissionais das Forças Armadas, o direito de criarem associações específicas, formadas para protegerem os seus interesses profissionais no quadro das instituições democráticas".

E a nota continua, afirmando que o Artº 31º deve ser alterado nesta parte, por forma a dar pleno assento legal a este ti-

po de associações: "Trata-se de legalizar aquilo que é uma realidade implícita e socialmente reconhecida, que é a existência da associações profissionais representativas de militares".

Dada a importância desta matéria, transcrevemos o teor da proposta.

Artigo 31º

1. Os militares gozam dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente estabelecidas, mas o exercício dos direitos de associação, expressão, reunião, manifestação e petição colectiva, sofre as restrições constantes dos números seguintes.

2. Os militares gozam da liberdade de associação, nos termos gerais, não podendo contudo ser filiados em partidos e associações políticas constituídas nos termos da Lei dos Partidos Políticos (Decreto-Lei nº 595/74) nem em associações sindicais do disposto no Decreto-Lei nº 215B/75.

3. Os militares gozam de liberdade de expressão e informação, nos termos gerais, não podendo contudo fazer declarações públicas que violem o dever de apartidarismo ou que forneçam dados classificados que ponham em risco a Defesa Nacional.

4. Os militares gozam do direito de reunião, mas não podem convocar ou participar em qualquer reunião de carácter partidário ou sindical, excepto se trajarem civilmente e sem usar da palavra nem fazer parte da

mesa ou exercer qualquer outra função.

5. Os militares não podem convocar ou participar em manifestações de carácter partidário ou sindical.

6. Os militares podem promover ou apresentar petições colectivas dirigidas aos órgãos de soberania ou aos respectivos superiores hierárquicos, excepto sobre assuntos de carácter político-partidário ou respeitantes à actividade operacional das Forças Armadas.

7. Os militares são elegíveis para os órgãos de poder regional e local electivos, mas, para o efeito, têm de pedir a passagem à reserva ou requerer a licença sem vencimento, as quais, em tempo de paz, não podem ser recusadas, iniciando-se a reserva ou a licença com a apresentação da candidatura e terminando, no caso de licença, com a não eleição ou com a cessação do mandato.

8. Aos militares não é reconhecido o direito de greve.

9. As restrições acima referidas não são aplicáveis à participação dos militares em cerimónias oficiais ou em conferências ou debates promovidos por entidades ou associações sem natureza de partido político.

10. No exercício das suas funções, os cidadãos que se encontram a prestar serviço militar obrigatório estão exclusivamente ao serviço do interesse público, estando sujeitos ao dever de isenção partidária.

Na FIL, em Lisboa, no dia 21 de Junho

ANS marca Encontro Nacional de Sargentos

No seguimento da decisão tomada durante as comemorações do 31 de Janeiro — Dia Nacional do Sargento — a Direcção da ANS marcou, para o próximo dia 21 de Junho, o 3º Encontro Nacional de Sargentos, que decorrerá nas instalações da Feira Industrial de Lisboa (FIL), em Lisboa, a partir das 14 horas.

Este Encontro tem como objectivo aprovar um **caderno de aspirações** que sirva de guia de acção da classe para os próximos tempos.

Com base no ante-projecto, apresentado aquando das comemorações do 31 de Janeiro, tem vindo a ANS a promover reuniões com a classe, em vários pontos do país, por forma a proporcionar uma proposta de documento já bastante amadurecida e discutida, que permita espelhar os problemas e anseios da classe de Sargentos.

Não só pela importância dos assuntos que iremos discutir e aprovar, mas também, pela importância que esta iniciativa se reveste na consolidação e aprofundamento de todo o processo associativo, apelamos ao empenhamento de toda a classe na preparação deste grandioso encontro.

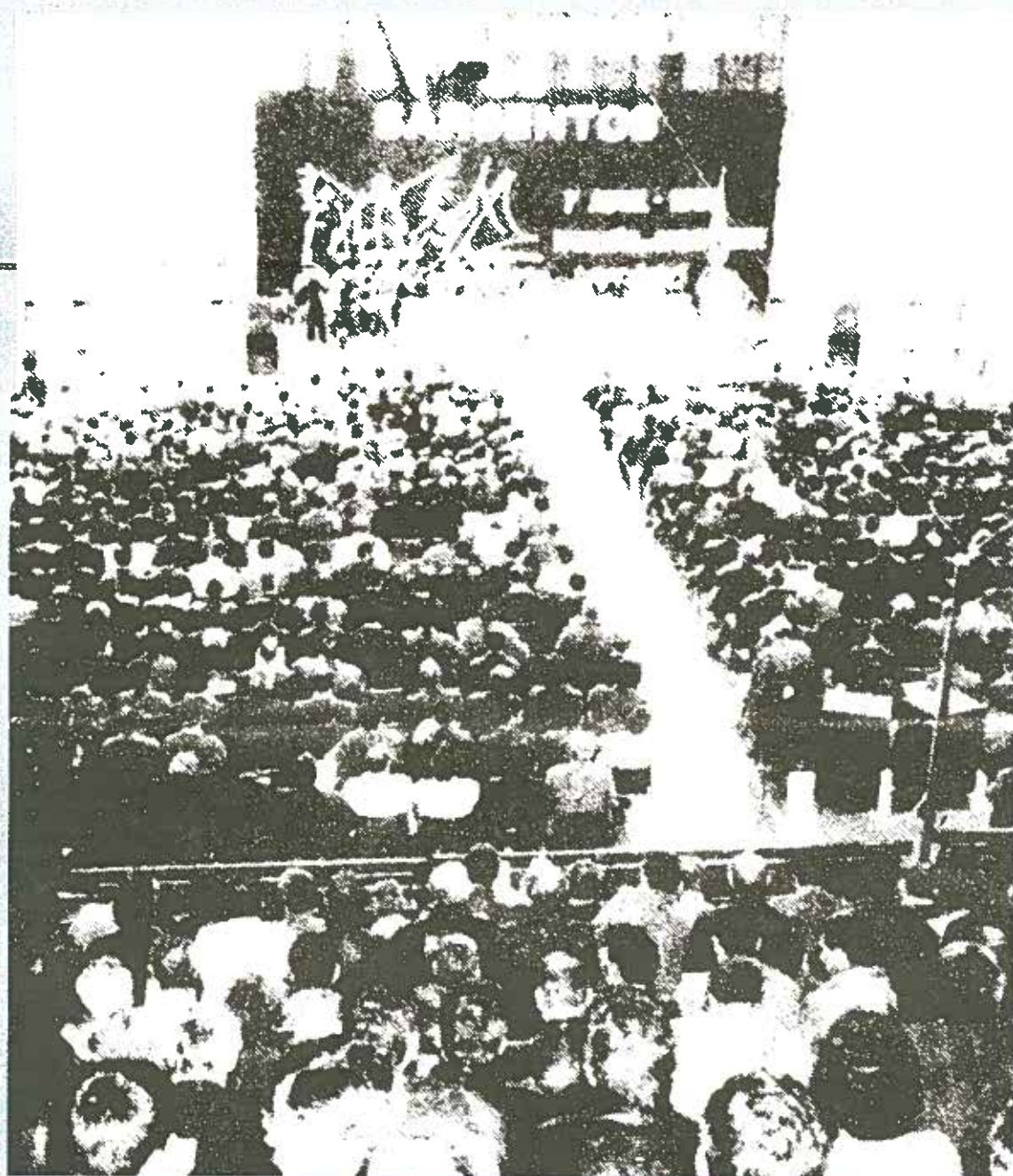
Estamos convictos que, uma vez mais, iremos demonstrar a nossa unidade, coesão e disciplina, discutindo o nosso presente, preparando o futuro, com serenidade e responsabilidade, dando uma "chapada" com "luva branca" a todos aqueles que teimam injuriosamente em combater o associativismo militar.

Por tudo isto, caro camarada, **contamos contigo** dia 21 de Junho na FIL.

Nota — Se pretenderes contribuir com ideias para o Caderno de Aspirações, envia-as para a sede da ANS.

Entretanto, afixa em lugar visível o cartaz que te enviamos junto com este jornal.

"Os objectivos conquistam-se quando a vontade nos une!"



Aspecto do II Encontro Nacional de Sargentos, realizado em 8 de Abril de 1990, no pavilhão do Sacavenense, em Sacavém

reve resenha histórica da ANS

"Quão difícil nos temos movido"

A resenha histórica da formação da Associação Nacional de Sargentos, ainda pouco prolongada quanto ao tempo — **faz anos no dia 10 de Junho** — fica em importantíssimos e mais acontecimentos.

Alguns dos marcos mais conhecidos da história da luta da classe relacionam-se com a história do próprio país. Não pretendendo pormenorizar, identificaremos somente as linhas mestras da ação reivindicativa da classe, os factos que constituíram a gênese do processo de luta, os factores que contribuíram para a constituição da ANS.

raízes

O primeiro marco, evocado pela classe como "data glosa", cuja importância tem sustentado todo um conjunto de acções de luta, é a data de 31 de Janeiro de 1891.

As comemorações deste dia, que se quer **Dia do Sargento**, motivo de homenagem histórica aos sargentos e na referida data desempenharam papel preponderante na Revolta contra o regime monárquico, têm constituído também motivo de confraternização e de reforço dos laços de unidade da classe e, ainda, de jornadas de apreciação e de discussão dos problemas de carácter geral e profissional que preocupam os sargentos.

A gênese da luta encontra, portanto, raízes no movimento político e militar do 31 de Janeiro, onde os sargentos tiveram um protagonismo reconhecido de "frutuoso" para o derrota do regime político de então, para as transformações políticas e sociais do país, associando-se aos valores de democracia e Liberdade.

Ser-se sargento hoje não significa ser o pau para toda a obra, o criado que trata dos trabalhos menores. Ser-se sargento é ser em todo o tempo e lugar, homem de corpo inteiro e com uma farda que lhe confere a legitimidade para se reclamar herdeiro das mais nobres tradições democráticas...

Excerto da comunicação apresentada por um sargento nas comemorações do Dia do Sargento, 29/1/83, na Cova da Piedade) Assim, as comemorações de 31 de Janeiro são o princípio basililar em torno do qual a classe procura sedimentar a sua identidade e unidade. A falta de Estatuto próprio ou a classe de sargentos lutava extremamente importantes, sendo estas o marco



que mais contribuiu para o surgimento da ANS.

A aspiração ao seu código profissional levou a classe à criação de uma Comissão Pró-Estatuto, que teve como incumbência a recolha e coordenação dos trabalhos que se estenderam a todos os sargentos, no sentido de preparar um Projecto de Estatuto da Condição Militar, que foi entregue em Janeiro de 1985 à Comissão Parlamentar de Defesa e aos grupos parlamentares da Assembleia da República e que se destinava a dar a conhecer aos deputados a opinião da classe de sargentos sobre a matéria da máxima importância para a sua vida.

Outro marco importante na formação da Associação Nacional de Sargentos, foi a realização do **I Encontro Nacional de Sargentos**, em 1 de Abril de 1989, em Sacavém, onde estiveram presentes 4.125 sargentos dos três Ramos das Forças Armadas.

Considerada a maior reunião pública da classe, culminou todo um processo de acções reivindicativas dos sargentos a nível regional, como foram os Encontros efectuados em 1988 no Entroncamento, Lisboa e Porto.

"Ao chegarmos ao nosso primeiro Encontro Nacional de Sargentos — ponto alto da movimentação dos sargentos no caminho da sua dignificação — deixamos para trás um grande historial de realizações (...)." (Excerto da comunicação "O Associativismo e os Órgãos de Representação da



Classe", lida no I Encontro Nacional de Sargentos).

Este Encontro teve como principais objectivos discutir o "Caderno de Aspirações da Classe", que englobava áreas como: carreira, funções, legislação e Estatuto e vencimentos, representação da classe e associativismo e representação dos sargentos.

Num discurso sobre temática associativa, um elemento da classe destacou a necessidade da criação de uma estrutura associativa legalizada — não uma estrutura sindical — que, de acordo com a legislação em vigor, pudesse representar com "dignidade e representatividade" os sargentos das Forças Armadas.

No final do I Encontro foi aprovada, por unanimidade, uma proposta que visava constituir a Comissão Instaladora da Estrutura dos Sar-

gentos a nível nacional.

Em 10 de Junho de 1989, a Comissão Instaladora emitiu um comunicado em nome da Pró-Associação Nacional de Sargentos, onde refere a **ratificação dos Estatutos da ANS** em Assembleia Geral, realizada na Voz do Operário, nesta mesma data.

A constituição formal da ANS dá-se em 14 de Julho de 1989, em Lisboa.

"(...) A Associação Nacional de Sargentos rege-se pela ética social na defesa de uma deontologia profissional, na sua própria e de todos os sargentos, com especial relevância para os que, sendo sócios, melhor se identificam com a sua actividade (...)." (ANS — Princípios e Doutrina).

É o culminar de todo um processo ímpar da luta da classe de sargentos pela defesa dos seus interesses, como, aliás, se afirma na publicação propriedade da ANS, "O Sargento", na sua edição de Janeiro de 1991:

"(...) É natural e é óbvio que as acções desenvolvidas pelos sargentos, na sua constante procura de uma melhor e mais digna vida, se têm pautado por uma conduta correcta, uma observância exacta de preceitos e valores considerados como essenciais para a construção de um Portugal novo, democrático (...)"

Não é casual a cadeia ininterrupta dos êxitos alcançados. Mas ela também está condicionada, naturalmente, por toda a marcha do desenvolvimento social e uma mentalidade inovadora traduz-se também na liquidação da incongruência entre as palavras e os actos.

Embora a Constituição da República Portuguesa consagre, nos Artigos 37º e 46º o direito à liberdade de expressão, informação e associação, já o Artigo 31º da Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro, em proscrição, institui um conjunto de restrições aos princípios constitucionais, nomeadamente, no que concerne aos militares, contrariando ainda uma Resolução que o Parlamento Europeu corroborou definitivamente em 12 de Abril de 1984, Resolução baseada em propostas, relatórios de Comissões, em Resoluções da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual comete o encargo aos seus Estados membros de conceder aos militares o direito de criar estruturas associativas destinadas à defesa de interesses próprios.



Na Europa

A cooperação, em termos de associativismo europeu militar, revê-se na EUROMIL - Organização Europeia das Associações Militares, fundada em 1972, na Alemanha.

Como reconhecimento da sua importância, a EUROMIL tem estatuto Consultivo no Conselho da Europa e estatuto de Parceiro na discussão de assuntos que respeitem directamente aos militares, junto do Parlamento Europeu, Assembleia do Atlântico Norte, NATO e também na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A EUROMIL estatutariamente reclama-se apolítica e religiosamente independente e preconiza a não ingerência nos assuntos internos de cada Associação filiada.

Do seu programa de actualização destaca-se o reconhecimento do direito básico da liberdade de associação dos militares.

A EUROMIL esteve em Portugal pela primeira vez a convite da ANS, no colóquio/debate Militares, Associativismo, Direitos e Restrições, realizado em 11 de Junho de 1992, nas comemorações do 3º Aniversário, representada por Bauka Snoep, membro do seu Comité Executivo.

Nesta mesma data foi assinado um Acordo de Princípios com vista a consagrar o direito associativo e participativo dos militares portugueses e ao aprofundamento dos contactos no sentido da eventual adesão da ANS à EUROMIL.

Unanimamente, a EUROMIL aprovou a entrada da ANS nas fileiras do associativismo europeu militar.

Constitui-se um novo tipo de relações internacionais com base na igualdade de direitos, no respeito dos direitos nacionais de cada povo, na amizade e confiança fraternais.

Uma grande classe, um grande princípio!

"Todos somos um, um somos todos"

Armando Parreira

Tribuna dos LEITORES

Associativismo militar

Quando em 1987 o PSD de Cavaco Silva ganhou as eleições com maioria absoluta e Fernando Nogueira foi nomeado ministro da Defesa Nacional, inicia-se um profundo processo de transformações na instituição militar, a que chamaram de Reestruturação e Redimensionamento das Forças Armadas.

A este processo o senhor ministro designava: "Menos FA, melhores FA". (...) No decorrer do processo, nós, os sargentos, fomos constatando e tomando consciência que os nossos interesses e aspirações (carreira, vencimentos, dignidade profissional e de cidadania) não estavam e não podiam ser defendidos pelas chefias, nem pelo ministro da tutela. E desta constatação, como é óbvio, concluiu-se que só nós o poderíamos fazer. Mas como fazê-lo?

Para encontrar a resposta foi constituída uma comissão de âmbito nacional, que realizou encontros de sargentos em todo o país, incluindo Açores e Madeira. Embora em muitos desses encontros a resposta começasse a despontar, só no Encontro Nacional de Sargentos, a 7 de Abril de 1989, em que participaram cerca de quatro mil sargentos, a resposta foi clara para todos: associativismo. Nesse mesmo encontro foi decidido constituir a ANS.

Como vêm, senhores generais, analistas e comentaristas, o associativismo não nasceu de cabeças demoníacas, nem veio de outras galáxias!

Muitos oficiais, de início, não compreendiam bem a atitude dos sargentos de criar uma as-

sociação. Mas, ao verem-se confrontados com os problemas que lhes trouxe a chamada Lei dos Coronéis e verificarem que não tinham ninguém que os defendessem e representasse, concluíram, tal como nós, da necessidade de constituir uma associação. Assim, surgiu a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AO FA).

Quem não se lembra do então chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o general Soares Carneiro, dizer que não era dirigente sindical? Também, claro, ninguém lhe pediu que o fosse. Só que o senhor general desconhecia que no novo quadro que ele próprio ajudou a criar, as tradicionais formas de defender e resolver os referidos problemas estavam esgotadas.

Certos analistas e comentaristas apresentam o associativismo militar como factor de indisciplina e causador de instabilidade da instituição. Nada mais falso.

Que se saiba, nenhum desses analistas e comentaristas pôs em causa a estabilidade e operacionalidade militar de países como a Alemanha, Holanda e outros onde o associativismo faz parte do funcionamento normal e regular.

O que afecta e põe em causa a disciplina e a coesão da instituição é a não resolução dos problemas dos seus membros. Como prova, exemplifiquemos com o problema do novo sistema retributivo: há mais de ano e meio que os primeiros-sargentos da Força Aérea e Exército reclamam que lhes seja feita justiça às incorrec-

ções e discrepâncias existentes provocadas pelo Decreto-Lei 80/95, que foi publicado para corrigir, também, as graves injustiças e discrepâncias existentes no seio dos primeiros-sargentos da Marinha.

O governo tem protelado a sua resolução, o que origina insatisfação e até — porque não dizê-lo — revolta nos sargentos injustiçados, as quais aumentam na razão directa do atraso da solução.

A ANS tem acompanhado e, como é seu dever, já apresentou ao governo, em Janeiro, uma proposta intercalar com vista à sua resolução. Mas, até hoje, sem se perceber lá bem porque, não foi ainda apresentada a tão esperada solução.

O arrastar desta situação é terreno propício para todo o tipo de manobras por parte dos anti-associativistas. Por outro lado, dificultam e atrasam, em sede própria, que o problema seja resolvido; por outro, como o problema não se resolve, exploram no seio dos sargentos a sua indignação e tentam conduzi-la para fins e objectivos que nada têm a ver com a sua resolução.

Os dirigentes da ANS deverão continuar a diligenciar, como o têm feito, junto do governo e outros órgãos de soberania, para que seja rapidamente encontrada uma solução.

A não resolução do problema só aumenta a indignação e revolta no seio dos sargentos e é a sua causa determinante.

Manuel Custódio de Jesus
Sargento da Marinha na reserva

Enganei-me. Assumo!

Depois do mini debate realizado na Assembleia da República em 10 de Abril último e de notícias vindas nos jornais, senti necessidade de partilhar com os leitores de "O Sargento" algumas coisas que me vão na alma.

1ª, o sr. ministro foi confrontado na Assembleia da República com a questão do sistema retributivo e nada disse.

Sabendo o sr. ministro que esta matéria é fundamental fiquei espantado. E, ou o sr. ministro anda a entreter os sargentos o que é lamentável, ou

tem já a solução e quer mediatizá-la.

Mas para quem assiste a preocupação fica instalada.

2ª, leio o "DN" de 11 de Abril e o que vejo a propósito do associativismo? O sr. deputado Marques Junior a dizer que o associativismo pode ser dispensável.

Tenho de confessar que esperava mais do deputado Mar-



ques Junior.

Enganei-me e assumo. Mas estes são daqueles enganados que só se cometem uma vez. E o que é que se impõe? Impõe-se prosseguir a luta pelo alargamento dos direitos de cidadania e pelo reconhecimento do associativismo.

Um leitor identificado

Para o fim do serviço militar em força e já!

Aproxima-se uma revisão da Constituição da República que vai retirar (segundo acordo partidário) a cláusula da obrigatoriedade do Serviço Militar, que é o alicerce de um direito ileanável de todos os portugueses — a defesa da Pátria. E de esperar que seja retirado o dever pelos políticos, mas mantenha-se o direito para os portugueses!

Não se pode falar a gerações sucessivas de portugueses que se vai "profissionalizar" as Forças Armadas. O mesmo deveria ser encarado como uma necessidade que surgiu para os quadros e não um fim em si mesmo. Todos estes séculos a população se reviu nas mesmas como parte desse mesmo povo. Agora "iluminados" e "informados" interlocutores vão alterar a Constituição! Mais uma vez "dogmas políticos" irão impor ao povo aquilo que intelectualmente é incapaz de discutir, mas que no seu bom-senso é capaz de não compreender.

Vamos nós militares, de uma forma "surda" e desconhecendo as consequências, arcar com esta "mercenarização" das Forças Armadas? Está já a inatuição habituada a gerir as consequências de decisões político-particulares, desde sempre: D. Sebastião (Norte de África) até à Guerra Colonial, etc... Não somos políticos, somos povo anónimo que jurou defender a Pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida, e que também tem direito a opinião, mesmo essa sendo não vinculativa.

Vão-se alterar artigos da Lei Fundamental da República, mas do meu ponto de vista vão também mudar-se Leis "morais" desta povo que tem séculos de história, escritos muitos deles com sangue de "anónimos" que um dia juraram e cumpriram...

Assusta este protagonismo de uma iniciativa que poucos ou nenhuns países efectuaram, e os que o fizeram criaram ao lado de um corpo regular de "mancebos" um outro profissional e nunca só este meramente.

É como português, que tinha e tem uma "visão social" da instituição militar, isto é, vejo (ou via) no Serviço Militar um elo de ligação ao povo, terei de agora o ver como uma profissão de "desgaste rápido" que passará a chamar-se: "Profis-

são: Soldado". Ou seja, jovem que não vem com orgulho cumprir uma obrigação de defesa, mas vem ligar-se a uma profissão algo remunerada que se estenderá por limites ainda desconhecidos.

Lanço alguns pontos de reflexão:

— No ideal de soldado vejo jovens com idades compreendidas em um limite baixo, aos quais se pode pedir "despreendimento", "coragem" e "entrega" a uma missão, sabendo eles que seus pais e avós já a realizaram (um grupo de homens que se ligam só profissionalmente às missões, que desconhecem-nas como obrigação histórica de um povo, desculpem-me mas eu chamo "mercenários").

— Nas trincheiras da 1ª Guerra Mundial, nas matas de África, terão tombado jovens que "cumpram" ou jovens que eram pagos para cumprir?

— Para haver uma profissionalização das Forças Armadas terá que haver a eliminação do Serviço Militar Obrigatório?

— Não estará no nosso país em voga um anti-militarismo político que tem como base a transferência de alguns erros políticos, atribuindo-os à instituição militar? (Frustrações e recalques de decisões políticas tomadas no passado).

— "Sirvo um país e nunca uma política". Transcrevendo Manuel Alegre (político), completo que o militar é aquele que serve orgulhosamente a Pátria, obedecendo escrupulosamente as Leis do País, mas nunca "joga" no eleitoralismo da política.

É como militar instrutor/formador de jovens que me assumo e interrogo com o futuro. Esse talvez seja a "privatização política" das Forças Armadas.

Sinto e lastimo que o "diálogo" e o esclarecimento não tenha chegado à instituição.

Camaradas, este meu artigo de opinião é um SOS para que estejamos preparados para as futuras mudanças, que o nosso "espírito de missão" irá levar a "bom porto" e o objectivo (desconhecido ainda) irá concertar-se ser alcançado.

"Como nas naus da era dos Descobrimentos partiremos com uma certeza: cumpriremos..."

JCDC
Feira

ALOJAMENTO PARTICULAR DE ELVIRA VAZ PARA FÉRIAS OU FINS DE SEMANA

A dois passos das Termas da Felgueira, Alcaface e São Gemil, a 20 Km da Serra da Estrela e de Viseu

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA SÓCIOS DA ANS

Contacte-nos pelos telefones:
(032) 949211 ou (01) 7787736, ou pelo Fax (032) 94 97 77
Rua D. Afonso Henriques, 84-86 3520 NELAS



Cartas dos LEITORES

Defender os nossos interesses

O facto de me ter associado tem a ver com o facto de me ter tornado ainda mais consciente da necessidade de estarmos representados e de ver defendidos os nossos direitos e interesses, sob a orientação de camaradas mais esclarecidos, a quem devemos já, certamente, algumas iniciativas no sentido de solucionar determinadas situações.

Na realidade, associei-me somente quatro anos após ingressar no Quadro Permanente e, na prática, movido por um sentimento relacionado com o chamado sistema retributivo, que já fez derramar muita tinta e suscitou tanto desconforto e desmotivação entre nós, embora a esperança de ver anulada essa injustiça não tenha morrido.

Urge sensibilizar todos aqueles que ainda não aderiram e disponibilizar informações acerca das actividades e esforços concretos da Associação junto das entidades competentes. Urge, também, sublinhar a importância da união e coesão como forma e caminho únicos para a consolidação da nossa causa.

É pensamento comum, penso eu, que os frutos resultantes das alterações estruturais operadas nos últimos anos ainda estão muito verdes e que a participação de todos, devidamente enquadrada, só poderá ser benéfica à instituição, num esforço constante, visando o seu melhor funcionamento e onde a nossa missão se tornará ainda mais nobre e presti-

giante.

Convém, também, alertarmos a nós próprios e refletir de vez em quando acerca da nossa condição militar e de tudo o que lhe é inerente ou está implícito — devemos lutar sim, mas conscientes desse grande pormenor e devemos estar atentos ao objectivo que é, afinal, garantir o melhor, de modo a satisfazer a maior parte. E neste clima de sobriedade, quero crer, o êxito será pleno.

Um abraço a todos os camaradas.

José M. Santos Rosa
1º SAR Artº

Vila Nova de Cacela
20 de Abril de 1997

Varanda para a vida

Quantos pobres custa um rico?

"...eles comem tudo e não deixam nada!"
in "Os vampiros" de Zeca Afonso

O ti'Polcarpo é um daqueles homens que não foram crianças. Mal largou a mama da mãe para o irmão que se lhe seguiu, foi incumbido da tarefa de guardar os perus da patroa do pai. Quando devia de ir para a escola começou a guardar as ovelhas, mas por pouco tempo, pois no ano seguinte foi posto atrás da grade puxada por bois, no gradagem da terra. Só em 74 teve tempo e coragem para aprender a ler numa das campanhas de alfabetização que o sonho de Abril trouxe. Era o mais velho da turma, mas o mais novo em querer, e o primeiro a mostrar, orgulhoso, os trabalhos de casa à "Mestra", como ele gostava de lhe chamar.

Por isso, agora, quando aparece aqui na Varanda, é vê-lo de cajado numa mão e um livro na outra. Anda a recuperar o tempo perdido, segundo diz. Hoje vem com as "Viagens na minha Terra", de Almeida Garrett. Mal chegou, perguntou de chofre: — O que é um néscio? Mas não esperou pela resposta, perguntou de novo: — Já leste isto? Mais uma vez não esperou pela resposta e começou a ler em voz alta:

"Andai, ganha-pães, andai; reduzi tudo a cifras, todas as considerações deste mundo a equações de interesse corporal, comprai, vendei, agiota. No fim de tudo isto, o que lucrou a espécie humana? Que há mais umas poucas de dúzias de homens ricos. E eu pergunto aos economistas-políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico. Que lho digam no Parlamento Inglês, onde,

depois de tantas comissões de inquérito, já deve de andar orçado o número de almas que é preciso vender ao Diabo, o número de corpos que se tem de entregar antes do tempo do cemitério para fazer um tecelão rico e fidalgo como Sir Roberto Peel, um mineiro, um banqueiro, um granjeiro — seja o que for, cada homem rico, abastado, custa centos de infelizes, de miseráveis.

(...) A ciência deste século é uma grandiosíssima tola.

E, como tal, presunçosa e cheia de orgulho dos néscios."

Lido que foi este trecho, deixou descair as mãos sobre os joelhos, voltou a testa calva para o alto, os seus olhos perscrutaram o infinito vendo o que só ele com a sua vivência podia ver e disse: — *Toda uma vida a querer dizer isto e sem encontrar as palavras que o dissessem...*

Enquanto o ti'Polcarpo ficou

pensando, ocorreu-me um relatório da UNESCO, que, a propósito, nos revela um conjunto de números assustadores e que falam por si, dispensando outros comentários. No conjunto dos países em vias de desenvolvimento 1,3 mil milhões de pessoas vivem na miséria, 800 milhões passam fome e a mortalidade infantil é 6 vezes maior do que nos países industrializados. Nos EUA 1% dos mais ricos dispunha em 1990 de 36% da riqueza nacional. A fortuna das 358 pessoas mais ricas do mundo iguala o rendimento de 45% da população do mundo, ou seja, cerca de 2,5 mil milhões de pessoas. Eis quantos pobres custa um rico.

David' Pereira

"Viagens na minha Terra", de Almeida Garrett, Biblioteca de Autores Portugueses, Edit. ULIS-SEIA, Cap. III, pág. 46.



CSAERO muda nome para Clube dos Sargentos da FA

O Clube de Sargentos de Aeronáutica, em Assembleia Geral realizada no dia 17 de Maio, aprovou uma proposta da Direcção para alteração da denominação social, que passou a designar-se por Clube dos Sargentos da Força Aérea.

Esta alteração resulta no facto de o termo "Aeronáutica"

se referir a uma situação antiga, quando a aviação se designava apenas por Aeronáutica Militar e, presentemente, por Força Aérea.

Aos Sargentos da Força Aérea as nossas saudações fraternas e o desejo de muitos êxitos na actividade do seu Clube.

ANMM contra integração da Polícia Marítima na Brigada Fiscal

A Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM) tomou conhecimento que o grupo parlamentar do PSD entregou na Assembleia da República um projecto de resolução preconizando a integração na Polícia Marítima na Brigada Fiscal da GNR.

A ANMM, segundo afirma no comunicado que enviou à nossa redacção, não pode deixar de registar que tendo o PSD estado 10 anos no Governo, limitar-se agora à apresentação de uma simples proposta de resolução que revela uma conflagradora ausência de análise e perspectiva sobre o que é o Sistema de Autoridade Marítima (SAM) e seus problemas.

A ANMM afirma-se contra a perspectiva de a Polícia Marítima vir a integrar a Brigada Fiscal e reafirma a sua posição de sempre: Importa analisar o SAM e assentar o que se pretende do e para o mesmo — que objecto? Qual o âmbito? Que competências? Que dependências? Que custos? Quais os meios humanos e materiais necessários?

Quaisquer medidas avulso só contribuirão para agravar a actual situação (que já é grave) e como tal é o país que perde, salienta a ANMM.

Esta posição foi defendida pela ANMM, entre outras, junto da Comissão Parlamentar de Defesa no âmbito de uma audição parlamentar ao Sistema de Autoridade Marítima que a referida Comissão está a promover.

A ANMM manifestou, entretanto, a consideração de que o actual Governo já deveria ter tomado medidas relativamente a gritantes injustiças que estão a lesar o pessoal, como seja o caso da não aplicação do decreto corrector de anomalias em relação ao NSR que saiu para os sargentos da Marinha. Por outro lado, acrescenta, não notamos qualquer processo sistematizado por parte do MDN com vista ao estudo dos diversos aspectos que os afectam.

A ANMM, por último, reafirma a exigência do diálogo e a sua disponibilidade para o mesmo, com vista ao encontrar de soluções.

Banda Militar fez 12 horas de viagem de barco nos Açores

Um cidadão açoriano, de nome A. Pereira, escreveu uma carta para um jornal da ilha de S. Miguel, nos Açores, insurgindo-se contra o facto da Banda Militar ter viajado para o Faial em condições precárias.

"Com toda esta alta e nobre consideração pela Banda Militar, fere bastante a nossa sensibilidade saber que, nas suas deslocações a outras ilhas, em serviço oficial, o transporte dos elementos desse agrupamento de alto valor é feito, geralmente, em navios de guerra que, como se sabe, não possuem acomodações para passageiros. Isto obriga os músicos da Banda Militar têm de ir no navio ao relento, sujeitos ao frio, à chuva, ao vento e ao calor, em condições nada adequadas a pessoas que vão actuar em actos oficiais.(...) Sem acomodações convenientes, facilmente podem ficar constipados, mal dispostos e com poucas possibilidades de exercerem condignamente a sua tarefa."

A viagem ao Faial foi de cerca de 12 horas na ida, e o regresso, outro tanto, foi feito à noite.

"Nos países civilizados, as Bandas Militares são altamente consideradas e rodeadas do melhor apreço e admiração, tanto pelas autoridades como pelas populações. São honra das Forças Armadas, como sucede entre nós. Aqui, nos Açores, a Banda Regimental (como se dizia antigamente) é a alegria do nosso Povo. As suas actuações artísticas costumam ser acompanhadas de entusiasmo e de carinho nas diversas localidades da nossa terra."

"(...) Quando Brigitte Bardot se bate para que os animais não viajem mais de oito horas, que diria ela ao saber que artistas têm de fazer uma viagem naquelas condições?"

"É claro que o Exército não tem culpa. O mesmo se diga da Marinha. O Estado é que deve providenciar para que a Banda Militar faça as viagens de avião. Felizmente, as nossas ilhas têm aeroportos, e há aviões civis e militares suficientes para transportar os músicos militares."

O leitor termina dizendo-se chocado com esta situação.

A25Abril debateu Forças Armadas

A Associação 25 de Abril promoveu um debate sobre as mudanças que estão em forja nas Forças Armadas.

O tema atraiu pouca assistência à Cooperativa Árvores, no Porto, para ouvir as propostas dos principais partidos. O PS e o PP estiveram em perfeita convergência quanto à extinção do SMO. O PSD na expectativa das propostas do governo e o PCP contra a desconstitucionalização do SMO, que já foi acordada entre a direcção do PS e do PSD no pré-acordo de revisão constitucional (ver "O Sargento" nº 28, pág. 6).

Os três ramos das FA têm 21.500 militares no Quadro Permanente e 34.500 no não permanente. As necessidades de recursos humanos devem ser supridas com voluntários ou mantendo-se os actuais conscritos — através do dito Serviço Militar Obrigatório?

O PP, através do deputado Augusto Boucinha, assegura que a actual lei "não serve a ninguém e advoga a 'profissionalização' das FA's".

O PSD aguarda a propos-



ta do governo a apresentar na Assembleia da República. "Estamos atentos e não temos uma posição de princípio", disse o deputado Cardoso Ferreira, que reconhece que "há uma onda difícil de sustentar favorável à profissionalização".

O PS, pela voz do deputado Alberto Martins, que reiteradamente reconheceu "não ser especialista" nestas

questões, argumentou que o governo já deu alguns sinais do que pretende fazer.

Contra a extinção do SMO está declaradamente o PCP, que aposta em manter a actual lei de recrutamento dos militares e não tem qualquer dúvida. O deputado João Amaral prevê que "se forem profissionalizados na totalidade, as Forças Armadas vão ser mais caras".

Angola

Dia 11 de Abril ficará, independentemente do curso dos acontecimentos, como uma data histórica em Angola.

A tomada de posse do governo de unidade e reconciliação de Angola abriu novas perspectivas de estabilização da situação e desenvolvimento.

Ausente esteve Savimbi que, como vários analistas disseram, parece mais preocupado com as suas benesses do que com Angola e o seu futuro como país.

Unicef

A Unicef divulgou estatísticas do Banco Mundial que apontam para a situação de 1.300 milhões de crianças a viverem (!?) com menos de 1 dólar diário, enquanto 2 mil milhões apenas dispõem de um pouco mais do que aquela importância.

Entre 1988 e 1993 registou-se um aumento superior a 20% no número de pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza em África e na América Latina.

UEO

José Cutileiro foi reconduzido por mais dois anos no cargo de secretário geral da UEO. Cutileiro tinha sido eleito em 1994 secretário geral desta organização militar europeia e viu agora a sua recondução confirmada.

NATO

O presidente dos EUA nomeou o general Wesley Clark, de 52 anos, para o cargo de comandante supremo das Forças Aliadas da Nato na Europa, onde substituiu o general George J. J. J.

Mil cidades contra o desemprego

De 14 de Abril a 14 de Junho, mais de mil cidades vão ser palco de "marchas contra o desemprego, a exclusão e a precariedade".

Mais de 50 mil manifestantes deverão confluir, no próximo dia 14 de Julho, para Amesterdão, onde os chefes de Estado e de Executivo estarão reunidos para aprovar o texto da revisão do Tratado de Maastricht.

Conferência Inter Governamental (CIG)

Em 16 e 17 de Junho realiza-se, em Amesterdão, a Cimeira da CIG que aprovará as alterações ao Tratado de Maastricht.

Diversos observadores expressam a opinião que pouco resultará para o futuro da União Europeia desta revisão.

Muitos dos entusiastas de medidas mais profundas abandonaram esse "calor" e, de um modo geral, todos os países se concentraram em torno de um objectivo: a moeda única.

Não é, todavia, inocente este aparente recuo. As potências europeias sabem que por via da moeda única ficarão com mecanismos que lhes permitirão impor os seus interesses e objectivos, entre os quais a aceleração da componente militar da União Europeia.

Mas, nessa altura, só quem tiver dedos tocará viola, como diz o ditado popular.

2003: O espantoso cenário-catastrófico do "Spiegel"



A no 2003. Wall Street afunda-se e arrasta a economia mundial na sua queda. A Europa em pânico nada pode fazer. Pés e mãos atados pelo Pacto de Estabilidade Monetária assinado em Dublin, em 1996, que obrigou a reduzir as suas despesas públicas quando quis argumentar que assim endireitava a economia.

Violentas manifestações explodem em Paris. O presidente Chirac propôs de urgência a reforma da União Monetária e convida o Banco Central Europeu a suspender as medidas que foram impostas para "endireitar" a conjuntura.

Triste naufrágio. Depois de um violento golpe de estilhaço franco-alemão e a cimeira reunida à pressa, a França proclama a reintrodução do franco nos fins de 2003. A Europa está morta.

No seu número de 17 de Fevereiro, o Der Spiegel descreve com pessimismo os primeiros dias do EURO, inspirando-se num cenário de política-ficção imaginado por David Lascelas, jornalista do Financial Times, que acaba de publicar na Grã-Bretanha um livro intitulado "The Crash of 2003".

A leitura do Der Spiegel (um milhão de exemplares), que reúne os pontos de vista de diversos economistas alemães, testemunha as reticências crescentes e os cuidados com a moeda única. Conforme uma sondagem recente, somente 43% dos alemães são favoráveis à criação do Euro.

Duzentos milhões de minas

São mais de 200 milhões as minas espalhadas por diversos países. Terminadas as guerras, as minas terrestres continuam a matar.

Todos os meses morrem 800 pessoas e não menos de 500 ficam gravemente feridas, por minas antipessoais. As vítimas são sempre civis, na maior parte crianças.

Segundo a Cruz Vermelha serão precisos quase mil

anos para levantar ou destruir os cerca de 200 milhões de minas espalhadas pelos territórios do Camboja, Angola, Moçambique, Afeganistão, Salvador e Vietname.

Portugal, que já não fabrica minas terrestres, assinou, recentemente, um protocolo adicional à Convenção de Genebra que prevê a erradicação desses engenhos.

A maioria dos fabricantes

de minas encontra-se em países da NATO. Entre os maiores fabricantes estão países civilizados como a França, a Espanha, a Itália, os Estados Unidos da América.

Calcula-se que se fabricam, anualmente, em todo o mundo, cerca de 50 milhões destes engenhos, cuja lista varia entre 200 e 300 modelos.

"APRILIS"



Vinha do tempo da minha infância a fábula em que os homens falavam. Agora as suas vozes estavam sepultadas num silêncio que tinha o nome ciciado de fascismo.

Minha mãe dizia: "Quando fores grande haverá um país..." E o país era onde estava a minha idade. E a minha idade era eu achar-me com toda a força dos ossos no centro da minha liberdade.

Dizendo-me isto, minha mãe pôs-me na voz luminosos objectos para espantar morcegos. Cantei quanto podiam meus pulmões carregar vendavais para sacudir as dormideiras dos tiranos. E onde as horas mordidas pelas algemas foram acre crescimento para a liberdade iluminaram-se as terras do sepulcro e era Abril e a fábula fez-se dia. Numa rubra fraternidade de cravos os homens saudaram a Revolução. Em golfadas de ouro cantei a Liberdade"

Epístola aos lamitas. Natália Correia — 1976